



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO – SAPL					
Nº	1039/2025	DATA	26/11/2025	HORA	16:51:28
	INDICAÇÃO	X	REQUERIMENTO		MOÇÃO

REQUERIMENTO Nº 126/2025

Aprovado por Unanimidade
Em Sessão de 26/11/2025
[Assinatura]

AUTORIA: Vereador Sebastião Sérgio dos Reis de Paula (PP)

O vereador que abaixo subscreve, nos termos do regimento vigente, vêm, após ouvir o soberano Plenário, solicitar à Mesa Diretora o envio deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. **Mariano Kolankiewicz Filho**, Prefeito Municipal, com cópia ao Ilustríssimo Senhor **Sebastião Antônio Lopes**, Secretário Municipal de Administração, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), vem REQUERER para que encaminhe a esta Casa Legislativa as seguintes informações, referentes ao Projeto de Lei Complementar nº 258/2025, que institui o Novo Código Tributário Municipal:

1. Disponibilização de tabelas comparativas detalhadas entre os valores dos impostos atualmente vigentes e os valores previstos no Novo Código Tributário Municipal para os seguintes tributos: IPTU, ITBI, ISS e ITR;
2. Indicação dos critérios adotados no Código Tributário vigente (2017) e dos critérios propostos no Novo Código Tributário (2025);
3. Informação sobre o impacto percentual médio estimado para os contribuintes em razão das alterações previstas;
4. Que as informações sejam apresentadas de forma clara e objetiva, por meio físico, em ofício encaminhado a esta Casa Legislativa, considerando o interesse público e a necessidade de transparência dos atos administrativos;
5. Que a resposta seja enviada dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se na necessidade de garantir a transparência e o pleno acesso às informações públicas, especialmente tratando-se de matéria legislativa de grande impacto social e elevada complexidade técnica, o que dificulta a compreensão por parte de cidadãos que não atuam na área contábil ou tributária.

As informações solicitadas são essenciais para que a população compreenda os efeitos das mudanças propostas e para que os vereadores possam analisar e votar o Projeto de Lei Complementar nº 258/2025 com o devido conhecimento e embasamento técnico. Trata-se de providência básica e imprescindível para assegurar a transparência, a publicidade dos atos administrativos e a qualidade do processo legislativo.

Plenário “José Nogueira Paniago”, ao 01 de dezembro de 2025.

[Assinatura]
Sebastião Sérgio dos Reis de Paula
Vereador Autor (PP)